

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de setembro de 2022**

Conteúdo

Comentário de Desempenho

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações
Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor
Independente

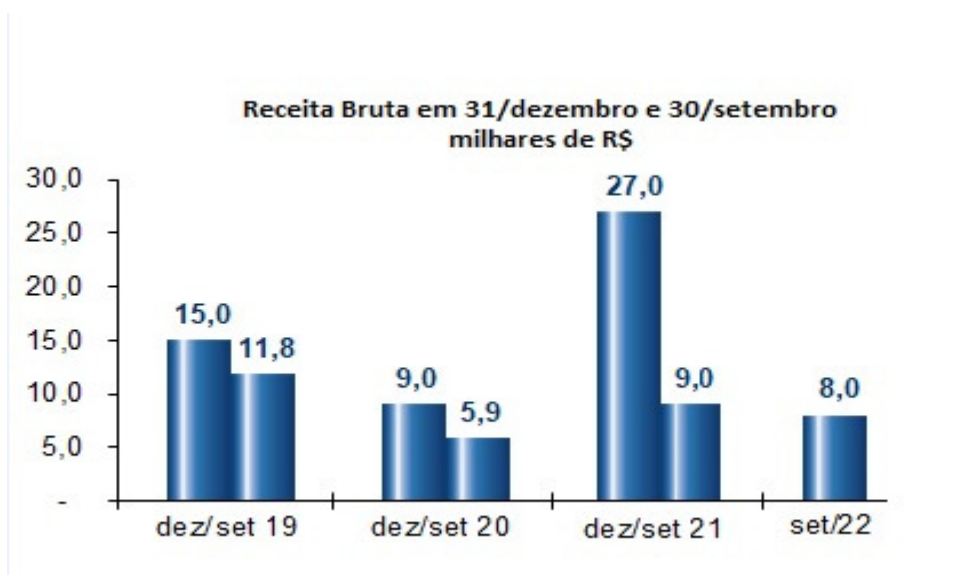
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022**

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do 3º trimestre de 2022, bem como os Comentários de Desempenho e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho terceiro Trimestre de 2022

As principais fontes de receita da Companhia são as áreas de prestações de serviços na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia, óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2021 uma receita bruta de R\$ 27,1 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2021 foram aproximadamente 300% superiores ao mesmo período do ano anterior de 2020.



O prejuízo acumulado da Companhia no 3º ITR de 2022 foi de R\$ 186,3 milhões enquanto que no mesmo período de 2021 foi apurado um lucro de R\$ 10,1 milhões, lucro este gerado principalmente pelo reconhecimento no resultado de claims com decisão transitada em julgado, estando estes créditos constituídos.

Já o prejuízo acumulado no 3º ITR de 2022 se deveu em função das correções dos passivos financeiros, principalmente a dívida com o BNDES, bem como a correção do passivo tributário consolidado através da Transação Tributária, e outros passivos o que representou um total de R\$ 168 milhões.

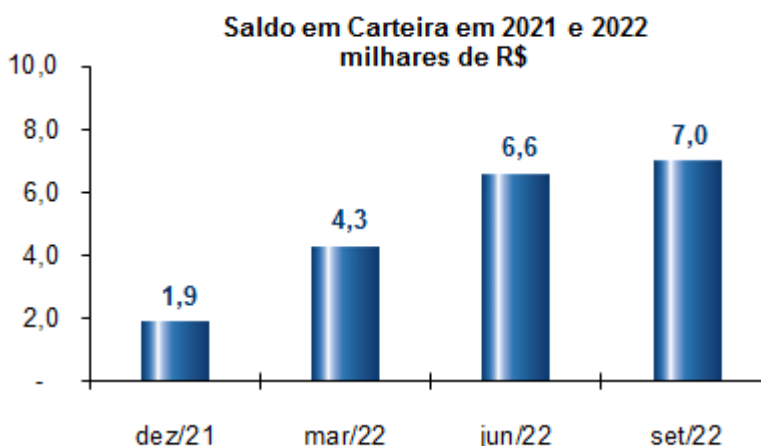
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022**

Além disso, o resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 2,2 milhões devido, principalmente, ao baixo nível de receita auferido pela companhia.

Importante salientar que o prejuízo bruto operacional reportado em junho/22 foi de R\$ 2,7 milhões, superior ao prejuízo apontado em setembro/22 o que demonstra uma recuperação em termos de custo e margem no terceiro trimestre de 2022.

A carteira de pedidos apresenta uma evolução em comparação aos trimestres anteriores, conforme demonstrado abaixo:



A empresa vem intensificando suas ações na área comercial e promovendo substancial elevação na geração de propostas nas áreas de Óleo & Gás (Petrobras e outras operadoras-concessionárias); Geração de Energia (oportunidades de médio e grande porte em reforma e modernização de usinas hidroelétricas), com abordagem direta aos clientes finais como Cemig, Sistema Eletrobrás, Copel, EMAE, CTG, etc, bem como serviços em regime EPC em diversas áreas e na prestação de serviços industriais (fabricação de partes e peças) para clientes como Voith, GE Hydro, Nuclep, CTG entre outros.

A Geração de propostas ultrapassou, nos dois últimos trimestres de 2022, a casa de R\$ 2.2 bilhões. O período de avaliação e tomada de decisão destes segmentos é historicamente entre 4 a 8 meses.

Apresentamos a seguir uma **PROJEÇÃO** do Balanço Patrimonial de 30/09/2022 considerando os valores dos seguintes ativos: (i) monetizáveis compostos pelo FIDC, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC, (iii) Aproveitamento dos prejuízos fiscais para liquidação de até 70% dos valores da transação tributária, conforme Portaria da PGFN nº 6757 e Portaria nº RF nº 208, de 12 de agosto de 2022. **Nenhum destes pontos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese que todos os custos relacionados a estes pontos foram devidamente computados e contabilizados.**

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022**

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores, em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

Balanço Gerencial Projetado

(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	Balanço Patrimonial	Balanço Projetado	
ATIVO	30/09/2022	AJUSTES	30/09/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.245	-	1.245
Contas a receber de clientes	5.237	-	5.237
Títulos e valores mobiliários	9	-	9
Estoques	12.053	-	12.053
Impostos a recuperar	78.786	-	78.786
Dividendos a receber	14.796	-	14.796
Outros créditos	1.656	-	1.656
Total do Ativo Circulante	113.782	-	113.782
Não Circulante			
Contas a receber de clientes	140.526	-	140.526
Partes relacionadas	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	688	718.962	719.650
Impostos a recuperar	81.004	231.513	312.517
Depósitos judiciais	130.326	-	130.326
Outros créditos	6.579	1.277.696	1.284.275
Investimentos	248.207	-	248.207
Imobilizado	212.746	-	212.746
Intangível	392.627	-	392.627
Total do Ativo Não Circulante	1.212.703	2.228.171	3.440.874
Total do Ativo	1.326.485	2.228.171	3.554.656

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022**

PASSIVO	Consolidado		
	Balanco Patrimonial	Balanco Projetado	
	30/09/2022	AJUSTES	30/09/2022
Circulante			
Fornecedores	62.740	-	62.740
Financiamentos e empréstimos	301.773	-	301.773
Debêntures	8.088	-	8.088
Salários e encargos sociais	142.405	-	142.405
Impostos e contribuições a recolher	257.785	(77.025)	180.760
Dividendos propostos	3.341	-	3.341
Adiantamentos de clientes	34.152	-	34.152
Títulos a pagar	97.042	-	97.042
Outras contas a pagar	161.365	-	161.365
Total do Passivo Circulante	1.068.691	(77.025)	991.666
Não Circulante			
Financiamentos e empréstimos	235.736	-	235.736
Debêntures	251.353	-	251.353
Impostos e contribuições a recolher	858.193	(608.168)	250.025
Partes relacionadas	116.035	-	116.035
Impostos diferidos	102.985	771.709	874.694
Provisão de custos e encargos	2.303	-	2.303
Provisão para contingências	110.816	-	110.816
Provisão para passivo a descoberto	8.323	-	8.323
Outras contas a pagar	16.095	-	16.095
Total do Passivo Não Circulante	1.701.839	163.541	1.865.380
Patrimônio Líquido			
Participação dos minoritários	13.589	-	13.589
Patrimônio líquido da controladora			
Capital social	488.683	-	488.683
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	-	(3.073)
Reserva de capital	180.292	-	180.292
Reserva de reavaliação	23.450	-	23.450
Debêntures perpétuas	267.679	-	267.679
Créditos quirografários a converter	16.914	-	16.914
Prejuízos acumulados	(3.277.428)	2.141.655	(1.135.773)
Ajuste de avaliação patrimonial	845.849	-	845.849
	(1.457.634)	2.141.655	684.021
Total do Patrimônio Líquido	(1.444.045)	2.141.655	697.610
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.326.485	2.228.171	3.554.656

Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado

01- No Balanço Patrimonial de 30/09/2022, a Companhia não registrou os valores totais dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade histórica de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022**

alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos, no valor provável de recebimento de R\$ 1,236 bilhões, de um total em discussão de R\$ 2,152 bilhões, representando 65% de êxito, totalmente compatíveis com nossa média histórica.

02- As rubricas de impostos e contribuições a recolher tiveram uma redução em razão da publicação da Portaria da PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Portaria RF 208, de 12 de agosto de 2022 as quais estabelecem que as empresas em recuperação judicial e que realizaram a transação tributária, possam abater o saldo devedor em até 70% com a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

03- Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aproximadamente R\$ 1,212 bilhões. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 60% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%. Nossa expectativa de monetização destes claims é da ordem de R\$ 825 milhões ao longo dos próximos anos.

A Evolução do Plano de Recuperação Judicial

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Dentro do contexto da recuperação,

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022**

novembro de 2014.

- O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/lesa foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Vale salientar que 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada conforme demonstrado abaixo e que, a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente seus débitos:

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontestado dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontestado fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 23,4	R\$ 23,4	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2	Em discussão BNDES	R\$ 28,2	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 15,0	R\$ 15,0	R\$ 27,2
TOTAL	R\$ 28,2	R\$ 38,4	R\$ 66,6	R\$ 2.367,6

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022**

Em 07/11/2022, a Companhia apresentou petição ao D. Juízo da Recuperação judicial demonstrando o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Alienação das UPI's IPM e IOG, previstas no Plano de Recuperação Judicial

Em leilão realizado em 28/04/2022, a empresa Sefran Fabricação e Comércio de Equipamentos Industriais Ltda. ("Sefran") arrematou no certame as UPI's IPM e IOG, pelo valor de US\$ 153 milhões, tendo prazo de pagamento de 30 dias, contados a partir de 12 de maio de 2022. Ocorre que transcorrido esse prazo, a Sefran informou ter feito o depósito do preço da alienação junto ao Bank of América, em nome da Companhia, enviando o Swfit como comprovante de depósito. Logo, a Companhia comunicou ao MM. Juízo por meio da petição que tinha diligenciado perante o Bank of América para confirmar, com base nos documentos recebidos da Sefran, se teria ocorrido a abertura regular da referida conta bancária e, em caso positivo, se teria havido o ingresso dos recursos provenientes da transferência supostamente feita pela Sefran. Para nossa surpresa, com base no documento SWIFT apresentado pela Sefran, o executivo do Bank of América respondeu categoricamente que não conseguiu localizar "tanto as transações, quanto as contas mencionadas. Essa informação foi obtida através de interpelação feita por escritórios de Advocacia especializados sediados em Nova Iorque, contratados especificamente para verificar a autenticidade das informações apresentadas pela SEFRAN junto ao Banco of América.

Ausência de Pagamento do Preço de aquisição da UPI IPM / IOG

Visando a conclusão do processo competitivo UPI IPM/IOG, a Companhia, para assegurar-se de que a informação a ser obtida seria precisa, contratou uma banca de advogados nos Estados Unidos e notificou extrajudicialmente o Bank of America com o objetivo de obter documento formal de prova de um efetivo pagamento pela Sefran junto ao Bank Of America, conforme informações trazidas nos autos da Recuperação Judicial. Ocorre que a instituição bancária Bank of America informou que (a) o pagamento não ocorreu, (b) o Swift utilizado pela Sefran não é reconhecido como válido pela Bank of Amercia, e (c) não confirmou a existência das contas bancárias indicadas no Swift apresentado pela Sefran, ou qualquer conta mantida em nome da Companhia.

Diante de tais circunstância e da insistência nos autos pela Sefran, na tentativa de comprovar o pagamento do preço de aquisição da UPI, a Companhia denunciou eventual fraude cometida pela Sefran na Delegacia de Estelionato de Curitiba - Paraná, B.O. nº 2022/922613. Logo em seguida juntou nos autos da Recuperação Judicial toda documentação pertinente, dando ciência ao D. Juízo, ao D. Representante do Ministério Público, à Administradora Judicial, a fim de que sejam

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022**

tomadas as decisões e medidas cabíveis, sem prejuízos das medidas a serem ajuizadas pela Companhia, tanto na esfera cível como criminal.

A desfaçatez é tamanha, na medida em que a Sefran segue apresentado manifestações nos autos indicando que teria ocorrido o pagamento, requerendo inclusive a sua imissão na posse do imóvel. Diante disso, a Companhia informa que está adotando as medias acautelatórias dos seus interesses, cujo objetivo é garantir, inclusive cumprindo seus deveres de fiduciários perante o mercado dado que se trata de companhia aberta, que todas as medidas judiciais serão tomadas com o fim de condenar os culpados pelos crimes praticados nos autos da Recuperação Judicial ao longo do processo de alienação da UPI IPM / IOG. A Companhia esclarece que tal fato não irá prejudicar de nenhuma forma o pagamento dos credores de sua recuperação judicial, pelo fato de que segue forte no intuito do seu soerguimento.

Aproveitamento de Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

Transcorrido o prazo para comprovação do preço da aquisição da UPI IPM/IOG, e tendo a Melville Capital Group LLC novamente manifestou seu interesse na aquisição da UPI pelo preço da proposta vencedora, no valor de US\$ 153.000.000,00, conforme informado no fato relevante de 26/08/2022, a Companhia, por exercício de poder geral de cautela, apresentou petição (i) concordando com o aproveitamento da UPI, conforme requerido pela Melville, e ou (ii) abertura de novo processo competitivo de aquisição da UPI IPM / IOG.

O D. Juízo da Recuperação Judicial indeferiu a proposta da Melville com a justificativa que a requerente já havia tido oportunidade de participar do certame, inclusive na qualidade de *stalking horse*, e deixou deliberadamente de cumprir com as obrigações do Edital. Diante da decisão, a Inepar interpôs agravo, buscando autorização para abertura de novo processo de alienação, conforme previsão contida no plano de Recuperação Judicial, tendo tomado ciência que a Melville também apresentou recurso, buscando o aproveitamento do leilão já iniciado para aquisição da UPI.

A Companhia, mantém seu interesse na venda destas UPI's como forma de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, com objetivo de liquidação das obrigações concursais, extraconcursais e necessárias a manutenção e soerguimento das atividades operacionais.

Da Continuidade das operações

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022**

listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens:

- a) Efetivação da alienação das ações da UPI IOG;
- b) Efetivação da alienação dos imóveis situados nos municípios de Magé e Charqueadas; e
- c) Efetivação da alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,212 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 800 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 60% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais.

III – Outras ações em andamento.

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC.
Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 2,1 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 1,4 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 65%, dentro do histórico. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos.
Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média das discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos eles tem data de origem igual ou superior a 7 anos.
Temos percebido crescente interesse de Fundos nacionais e internacionais em discutir estruturas que possam antecipar resultados desses claims, o que deverá permitir à Companhia a monetização antecipada de recursos relativos aos mesmos.
- b) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes, conforme descrito nos esclarecimentos feitos no capítulo de desempenho.;

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022**

- c) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- d) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- e) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar o caixa das atividades.
- f) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020, com homologação em dezembro/2021 e redução contábil do passivo tributário da ordem de R\$ 1,4 bilhões, bem como a adesão à Portaria PGFN 6757/2022 que permite o pagamento da dívida fiscal com a utilização do prejuízo fiscal acumulado em até 70%, o que deverá proporcionar um pagamento de aprox. R\$ 700 milhões.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, a empresa terá condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

No curto prazo, a empresa tem como principal objetivo encerrar a sua recuperação judicial, bem como está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas, e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira permitem que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes no setor de infraestrutura.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste trimestre encerrado em 30/09/2022 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022**

Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Inepar S/A. Indústria e Construções - Em recuperação judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanco Patrimonial

Período findo em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23	22	1.245	10.386
Contas a receber de clientes	6	379	379	5.237	4.570
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9
Estoques	8	-	-	12.053	8.936
Tributos a recuperar	10	4.769	4.769	78.786	79.000
Dividendos a receber		-	-	14.796	15.696
Outros créditos	11	420	4.863	1.656	6.906
Total do ativo circulante		5.600	10.042	113.782	125.503
Não circulante					
Contas a receber clientes	6	51.059	33.414	140.526	122.881
Partes relacionadas	21	-	253.645	-	14.011
Títulos a receber	9	-	7.774	-	7.774
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	688
Tributos a recuperar	10	32.165	30.873	81.004	89.454
Depósitos judiciais	30	71.171	77.345	130.326	278.320
Outros créditos	11	-	-	6.579	6.604
Investimentos	12	455.043	463.081	248.207	249.199
Imobilizado	13	75.981	78.849	212.746	218.719
Intangível	14	391.516	391.513	392.627	393.828
Total do ativo não circulante		1.076.935	1.336.494	1.212.703	1.381.478
Total do ativo		1.082.535	1.346.536	1.326.485	1.506.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S/A. Indústria e Construções - Em recuperação judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanço Patrimonial

Período findo em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante					
Fornecedores		28.693	30.826	62.740	71.325
Instituições financeiras	15	223.414	185.794	301.773	355.788
Debêntures	16	8.088	13.907	8.088	13.907
Obrigações sociais e trabalhistas		6.787	11.095	142.405	149.654
Obrigações fiscais e tributárias	17	124.289	86.510	257.785	176.161
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	19	-	-	34.152	34.803
Títulos a pagar		97.042	87.257	97.042	87.257
Outras contas a pagar	24	57.518	47.397	161.365	136.919
Total do passivo circulante		549.148	466.103	1.068.691	1.029.155
Não circulante					
Instituições financeiras	15	235.736	249.613	235.736	249.613
Debêntures	16	251.353	227.310	251.353	227.310
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	2.404
Obrigações fiscais e tributárias	17	485.521	499.472	858.193	897.305
Partes relacionadas	21	209.301	438.472	116.035	128.686
Tributos diferidos	20.1	42.018	36.543	102.985	96.359
Títulos a pagar		-	-	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisões para contingências	22	32.620	32.620	110.816	110.816
Provisão passivo à descoberto	23	732.169	670.611	8.323	7.657
Outras contas a pagar	24	-	-	1.135	1.084
Total do passivo não circulante		1.991.021	2.156.944	1.701.839	1.738.497
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto)					
Capital social	25 a	488.683	437.531	488.683	437.531
Gastos com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reservas de capital	25 b	180.292	180.292	180.292	180.292
Reservas de reavaliação	25 c	23.450	24.422	23.450	24.422
Debêntures perpétuas	25 d	267.678	318.830	267.678	318.830
Créditos quirografários a converter	25 e	16.914	16.914	16.914	16.914
Prejuízos acumulados		(3.277.427)	(3.098.093)	(3.277.427)	(3.098.093)
Ajuste de avaliação patrimonial	25 f	845.849	846.666	845.849	846.666
		(1.457.634)	(1.276.511)	(1.457.634)	(1.276.511)
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários		-	-	13.589	15.840
Total do patrimônio líquido / Passivo a descoberto		(1.457.634)	(1.276.511)	(1.444.045)	(1.260.671)
Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		1.082.535	1.346.536	1.326.485	1.506.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S/A. Indústria e Construções - Em recuperação judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Resultado

Período findo em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita operacional líquida	27	-	-	6.387	6.678
Custos dos produtos e serviços		-	-	(8.620)	(8.349)
Lucro bruto		-	-	(2.233)	(1.671)
Receitas [Despesas] operacionais		(79.762)	73.580	(8.798)	141.547
Despesas com vendas		(66)	-	(2.531)	(2.240)
Perdas no recebimento de crédito com clientes		(1.334)	(534)	(187)	(5.738)
Administrativas e gerais		(19.694)	(31.482)	(38.050)	(66.810)
Provisões para contingências		(90)	200	1.063	2.137
Outras receitas e despesas operacionais	29	13.980	59.461	36.450	212.819
Resultado da avaliação de investimentos	12	(72.558)	45.935	(5.543)	1.379
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(79.762)	73.580	(11.031)	139.876
Despesas financeiras	28	(103.763)	(56.447)	(170.274)	(124.881)
Receitas financeiras	28	3.622	5.221	10.065	40.620
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(179.903)	22.354	(171.240)	55.615
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20.2	(4.183)	(9.856)	(15.076)	(45.442)
(Prejuízo) Lucro líquido do período		(184.086)	12.498	(186.316)	10.173
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores				(184.086)	12.498
Participação dos acionistas não controladores				(2.230)	(2.325)
				(186.316)	10.173
Quantidade de ações ordinárias ao final do período		118.001.912	102.164.920		
Quantidade de ações preferenciais ao final do período		63.136.160	63.136.160		
		<u>181.138.072</u>	<u>165.301.080</u>		
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		(0,9820)	0,0728		
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		(1,0803)	0,0801		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido ((Passivo a descoberto)

Período findo em 30 de Setembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Debêntures perpétuas	Créditos a converter	Reservas de reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	Participação dos não controladores no patr.liq. das controladas	Total patrimônio líquido
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria					Custo atribuído AAP	Ajuste de avaliação patrimonial			
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	429.211	(3.073)	180.292	(8.303)	(4.383.544)	319.014	31.837	25.571	44.519	789.488	(2.574.988)	868	(2.574.120)
Lucro líquido do exercício					1.287.018						1.287.018	14.936	1.301.954
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					4.161						4.161		4.161
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas									259		259		259
Ajuste conversão s/ coligada no exterior											-	36	36
Ganhos na conversão de debêntures perpétuas									13.826		13.826	-	13.826
Outros resultados abrangentes											14.085	36	14.121
Resultado abrangente total											1.305.264	14.972	1.320.236
Aumento de capital - 353ª RCA de 30/03/2021	473					(473)					-		-
Aumento de capital - 354ª RCA de 07/05/2021	2.957					(2.957)					-		-
Aumento de capital - 360ª RCA de 29/10/2021	4.890					(4.889)					1		1
Transações de capital com os Sócios											1	-	1
Debêntures a converter						8.135	(14.923)				(6.788)		(6.788)
Realização da reserva reavaliação					1.149			(1.149)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					1.426				(1.426)		-		-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021	437.531	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.089.790)	318.830	16.914	24.422	43.093	803.573	(1.276.511)	15.840	(1.260.671)
Lucro líquido do período					(184.086)						(184.086)	(2.230)	(186.316)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					3.121						3.121		3.121
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas									(158)		(158)		(158)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior											-	(21)	(21)
Outros resultados abrangentes											(158)	(21)	(179)
Resultado abrangente total											(181.123)	(2.251)	(183.374)
Aumento de capital - 363ª RCA de 11/01/2022	26.296					(26.296)					-		-
Aumento de capital - 367ª RCA de 27/05/2022	12.215					(12.215)					-		-
Aumento de capital - 369ª RCA de 27/09/2022	12.641					(12.641)					-		-
Transações de capital com os Sócios											-	-	-
Debêntures a converter						-	-				-		-
Realização da reserva reavaliação					972			(972)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					659				(659)		-		-
Saldos finais em 30 de setembro de 2022	488.683	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.269.124)	267.678	16.914	23.450	42.434	803.415	(1.457.634)	13.589	(1.444.045)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do resultado abrangente

Período findo em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Resultado líquido do período	(184.086)	12.498	(184.086)	12.498
Ajuste patrimonial reflexo de investida	3.121	3.121	3.121	3.121
Ganhos/perdas de capital s/ coligadas	(158)	(143)	(158)	(143)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	(20)	(21)	(20)
Ganhos na conversão de debêntures perpétuas	-	13.826	-	13.826
Participação dos acionistas não controladores	-	(2.325)	(2.230)	(2.325)
Resultado abrangente do período	(181.123)	26.957	(183.374)	26.957
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora			(181.123)	29.282
Atribuído a Sócios Não Controladores			(2.251)	(2.325)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)

Período findo em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Atividades operacionais				
Resultado do período antes do imposto de renda e contribuição social	(179.903)	12.498	(171.240)	12.498
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	1.986	2.296	6.028	7.439
Alienação de imobilizado/investimentos	879	-	1.787	1.099
Resultado da avaliação de investimentos	72.558	(45.935)	5.543	(1.379)
Participação de acionistas não controladores	-	-	2.230	2.325
Variações monetárias e cambiais	42.347	20.200	47.518	52.190
Provisões (Reversões)	-	(18.600)	-	(156.353)
Resultado do período ajustado	(62.133)	(29.541)	(108.134)	(82.181)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(17.645)	(32.933)	(18.312)	372.732
Estoques	-	-	(3.117)	(3.274)
Títulos a receber	7.774	-	7.774	12
Impostos a recuperar	-	(151)	214	(53.019)
Outros créditos	10.617	36.629	153.269	(179.099)
	746	3.545	139.828	137.352
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(2.133)	(1.986)	(8.585)	(19.752)
Salários e encargos sociais	(4.308)	3.177	(9.653)	(21.834)
Impostos e contribuições a recolher	23.828	9.730	42.512	36.128
Provisão para impostos diferidos	-	10.007	-	43.304
Adiantamentos de clientes	-	-	(651)	(1.498)
Títulos a pagar	9.785	(8.876)	9.785	(8.876)
Outras contas a pagar	10.121	1.520	22.246	(2.707)
	37.293	13.572	55.654	24.765
Total caixa gerado (Consumido) pelas atividades operacionais	(24.094)	(12.424)	87.348	79.936
Atividades de investimentos				
Ganho sobre participações societárias	-	-	(21)	3.839
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	-	(641)	(327)
Operações de mútuos com empresas ligadas	-	80.156	-	(1.099)
Total do caixa gerado pelas atividades de investimentos	-	80.156	(662)	2.413
Atividades de financiamentos				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	-	6.200
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(379)	(21.769)	(76.779)	(82.569)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	-	(20.408)	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	24.474	(45.962)	1.360	(5.796)
Total caixa gerado (Consumido) pelas atividades de financiamentos	24.095	(67.731)	(95.827)	(82.165)
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	1	1	(9.141)	184
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	22	21	10.386	304
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	23	22	1.245	488
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	1	1	(9.141)	184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Período findo em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receitas	(813)	62.800	33.852	254.295
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	7.817	8.655
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.334)	(534)	(187)	(5.738)
Outras Receitas / Despesas	521	63.334	26.222	251.378
Insumos adquiridos de terceiros	(1.532)	(18.054)	(22.390)	(78.627)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(5.561)	(6.058)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.532)	(18.054)	(16.829)	(72.569)
Valor adicionado bruto	(2.345)	44.746	11.462	175.668
Depreciação e Amortização	(1.986)	(2.296)	(6.028)	(6.195)
Valor adicionado líquido	(4.331)	42.450	5.434	169.473
Valor adicionado recebido em transferência	(68.936)	51.156	4.522	41.999
Resultado de Equivalência Patrimonial	(72.558)	45.935	(5.543)	1.379
Receitas Financeiras	3.622	5.221	10.065	40.620
Valor adicionado total a distribuir	(73.267)	93.606	9.956	211.472
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	2.421	10.894	8.496	22.083
Salários e encargos	1.311	9.359	4.741	15.860
Benefícios	1.012	1.535	3.423	4.618
FGTS	98	-	332	1.605
Impostos, taxas e contribuições	4.183	13.529	16.836	53.660
Federais	4.183	13.529	16.042	52.476
Estaduais	-	-	770	1.179
Municipais	-	-	24	5
Remuneração de capitais de terceiros	104.215	56.685	170.940	125.556
Juros	103.763	56.447	170.274	124.881
Alugueis	452	238	666	675
Remuneração de capitais próprios	(184.086)	12.498	(186.316)	10.173
Prejuízo do período	(184.086)	12.498	(184.086)	12.498
Participação de acionistas minoritários	-	-	(2.230)	(2.325)
Valor adicionado total distribuído	(73.267)	93.606	9.956	211.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

NOTA 1.1 PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-Venda da participação acionária da Ilesa no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

Em 25 de janeiro de 2022, a Inepar recebeu uma proposta da empresa Melville Capital Group LLC de Nova York, para aquisição das UPI's IOG e IPM, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irrevogável de US\$ 125 milhões, conforme noticiado no Fatos Relevantes publicados em 22 de janeiro e 25 de janeiro de 2022.

Em 14 de março de 2022, foi publicado nos autos da Recuperação Judicial a data de 28/04/2022 para as 15 horas em audiência pública para a realização do leilão das propostas apresentadas no Processo Competitivo.

Em 28 de abril de 2022, ocorreu a audiência para a abertura das propostas apresentadas no processo de leilão de venda das UPIs IOG e IPM, e que além da proposta firme apresentada anteriormente pela Melville Capital Group LLC, a empresa SEFRAN Fabricação e Comercio de Equipamentos Industriais Ltda, habilitou-se no processo e apresentou proposta para aquisição das referidas UPIs no valor de US\$ 153 milhões de dólares americanos.

Em 09 de maio de 2022, foi exarada decisão do Juiz da Recuperação Judicial homologando a alienação das UPIs, que foram vendidas pela empresa SEFRAN.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foi concedido pelo Juiz da Recuperação Judicial várias prorrogações de prazos para a SEFRAN apresentar a comprovação do pagamento do montante de US\$ 153 milhões de dólares americanos, referente ao valor ofertado no Leilão realizado em 28/04/2022.

A Companhia, mantém seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento.

Em 26/08/2022, através de Fato Relevante, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Empresa Melville Capital Group LLC, apresentou nova proposta para a aquisição das UPI's IPM e IOG, pelo mesmo montante apresentado pela SEFRAN no Leilão realizado em 28/04/2022.

No atual momento a Companhia aguarda a decisão do Juiz da Recuperação sobre esta proposta apresentada pela Melville Capital Group.

Alienação das UPI's IPM e IOG, previstas no Plano de Recuperação Judicial

Em leilão realizado em 28/04/2022, a empresa Sefran Fabricação e Comércio de Equipamentos Industriais Ltda. ("Sefran") arrematou no certame as UPI's IPM e IOG, pelo valor de US\$ 153 milhões, tendo prazo de pagamento de 30 dias, contados a partir de 12 de maio de 2022. Ocorre que transcorrido esse prazo, a Sefran informou ter feito o depósito do preço da alienação junto ao Bank of América, em nome da Companhia, enviando o Swfit como comprovante de depósito. Logo, a Companhia comunicou ao MM. Juízo por meio da petição que tinha diligenciado perante o Bank of América para confirmar, com base nos documentos recebidos da Sefran, se teria ocorrido a abertura regular da referida conta bancária e, em caso positivo, se teria havido o ingresso dos recursos provenientes da transferência supostamente feita pela Sefran. Para nossa surpresa, com base no documento SWIFT apresentado pela Sefran, o executivo do Bank of América respondeu categoricamente que não conseguiu localizar "tanto as transações, quanto as contas mencionadas. Essa informação foi obtida através de interpelação feita por escritórios de Advocacia especializados sediados em Nova Iorque, contratados especificamente para verificar a autenticidade das informações apresentadas pela SEFRAN junto ao Banco of América.

Ausência de Pagamento do Preço de aquisição da UPI IPM / IOG

Visando a conclusão do processo competitivo UPI IPM/IOG, a Companhia, para assegurar-se de que a informação a ser obtida seria precisa, contratou uma banca de advogados nos Estados Unidos e notificou extrajudicialmente o Bank of America com o objetivo de obter documento formal de prova de um efetivo pagamento pela Sefran junto ao Bank Of America, conforme informações trazidas nos autos da Recuperação Judicial. Ocorre que a instituição bancária Bank of America informou que (a) o pagamento não ocorreu, (b) o Swift utilizado pela Sefran não é reconhecido como válido pela Bank of America, e (c) não confirmou a existência das contas bancárias indicadas no Swift apresentado pela Sefran, ou qualquer conta mantida em nome da Companhia.

Diante de tais circunstância e da insistência nos autos pela Sefran, na tentativa de comprovar o pagamento do preço de aquisição da UPI, a Companhia denunciou eventual fraude cometida pela Sefran na Delegacia de Estelionato de Curitiba - Paraná, B.O. nº 2022/922613. Logo em seguida juntou nos autos da Recuperação Judicial toda documentação pertinente, dando ciência ao D. Juízo, ao D. Representante do Ministério Público, à Administradora Judicial, a fim de que sejam tomadas as decisões e medidas cabíveis, sem prejuízos das medidas a serem ajuizadas pela Companhia, tanto na esfera cível como criminal.

A desfaçatez é tamanha, na medida em que a Sefran segue apresentado manifestações nos autos indicando que teria ocorrido o pagamento, requerendo inclusive a sua imissão na posse do imóvel. Diante disso, a Companhia informa que está adotando as medias acautelatórias dos seus interesses, cujo objetivo é garantir, inclusive cumprindo seus deveres de fiduciários perante o mercado dado que se trata de companhia aberta, que todas as

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

medidas judiciais serão tomadas com o fim de condenar os culpados pelos crimes praticados nos autos da Recuperação Judicial ao longo do processo de alienação da UPI IPM / IOG. A Companhia esclarece que tal fato não irá prejudicar de nenhuma forma o pagamento dos credores de sua recuperação judicial, pelo fato de que segue forte no intuito do seu soergimento.

Aproveitamento de Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

Transcorrido o prazo para comprovação do preço da aquisição da UPI IPM/IOG, e tendo a Melville Capital Group LLC novamente manifestou seu interesse na aquisição da UPI pelo preço da proposta vencedora, no valor de US\$ 153.000.000,00, conforme informado no fato relevante de 26/08/2022, a Companhia, por exercício de poder geral de cautela, apresentou petição (i) concordando com o aproveitamento da UPI, conforme requerido pela Melville, e ou (ii) abertura de novo processo competitivo de aquisição da UPI IPM / IOG.

O D. Juízo da Recuperação Judicial indeferiu a proposta da Melville com a justificativa que a requerente já havia tido oportunidade de participar do certame, inclusive na qualidade de *stalking horse*, e deixou deliberadamente de cumprir com as obrigações do Edital. Diante da decisão, a Inepar interpôs agravo, buscando autorização para abertura de novo processo de alienação, conforme previsão contida no plano de Recuperação Judicial, tendo tomado ciência que a Melville também apresentou recurso, buscando o aproveitamento do leilão já iniciado para aquisição da UPI.

A Companhia, mantém seu interesse na venda destas UPI's como forma de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, com objetivo de liquidação das obrigações concursais, extraconcursais e necessárias a manutenção e soergimento das atividades operacionais.

Em 07/11/2022, a Companhia peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I,II,III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial,

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 23,4	R\$ 23,4	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2	Em discussão com o BNDES	R\$ 28,2	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 15,0	R\$ 15,0	R\$ 27,2
TOTAL	R\$ 28,2	R\$ 38,4	R\$ 66,6	R\$ 2.367,66

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1. 2 – COVID-19

Em observância ao Ofício Circular CVM/SNC/SCP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os impactos econômico-financeiro da COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração avaliou os riscos e incertezas que poderiam afetar as informações nas demonstrações financeiras ora apresentadas, sendo abaixo as principais avaliações que seguem:

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas as medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

Pelo lado dos projetos estamos enfrentando um aumento de custos muito acima da inflação, como por exemplo o preço do aço, bem como a falta de matérias primas necessárias ao desenvolvimento dos nossos projetos. Isso causou um aumento de custos e diminuição das margens no período de 2020 e continua em 2022.

A Companhia adotou, e continua adotando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

NOTA 2- BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora- As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas-

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

NOTA 3–RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas: As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensações entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira: Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros

3.7. Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8. Estoques: Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos: Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado: A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17- Operações de arrendamento mercantil. A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.18. Participações nos Lucros e Resultados: Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.19. Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas: A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

3.21. Dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis: A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros: A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais- A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito- A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros- O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio- A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez- A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital- Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade
Exposição Cambial-Consolidado

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções N.º 475/08 e 550/08., apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos Financeiros por Categoria: Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Ativos financeiros em 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Aplicações financeiras	22	-	22	Fornecedores	30.826	30.826
Contas a receber	-	379	379	Empréstimos e financ.	185.794	185.794
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	13.907	13.907
Outros créditos	-	4.863	4.863	Títulos a pagar	87.257	87.257
				Outras contas a pagar	47.397	47.397
Total circulante	22	5.251	5.273	Total circulante	365.181	365.181
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber (b)	-	33.414	33.414	Empréstimos e financ.	249.613	249.613
Títulos a receber (d)	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	-	-
Total não circulante	-	41.188	41.188	Total não circulante	249.613	249.613
TOTAL GERAL	22	46.439	46.461	TOTAL GERAL	614.794	614.794

Ativos financeiros 30/09/2022 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros 30/09/2022 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Aplicações financeiras	23	-	23	Fornecedores	28.693	28.693
Contas a receber	-	379	379	Empréstimos e financ.	223.414	223.414
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	8.088	8.088
Outros créditos	-	420	420	Títulos a pagar	97.042	97.042
				Outras contas a pagar	57.518	57.518
Total circulante	23	808	831	Total circulante	414.755	414.755
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber (b)	-	51.059	51.059	Empréstimos e financ.	235.736	235.736
Títulos a receber (d)	-	-	-	Outras contas a pagar	-	-
Total não circulante	-	51.059	51.059	Total não circulante	235.736	235.736

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	10.201	-	10.201	Fornecedores	71.325	71.325
Aplicações financeiras	185	-	185	Empréstimos e financiam.	355.788	355.788
Contas a receber	-	4.570	4.570	Debêntures	13.907	13.907
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	87.257	87.257
Outros créditos	-	6.906	6.906	Outras contas a pagar	136.919	136.919
Total circulante	10.386	11.485	21.871	Total circulante	665.196	665.196
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	122.881	122.881	Empréstimos e financiam.	249.613	249.613
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	1.084	1.084
Títulos valores mobiliários	-	688	688			
Outros créditos	-	6.604	6.604			
Total não circulante	-	137.947	137.947	Total não circulante	250.697	250.697
TOTAL GERAL	10.386	149.432	159.818	TOTAL GERAL	915.893	915.893

Ativos financeiros em 30/09/2022 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 30/09/2022 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	1.050	-	1.050	Fornecedores	62.740	62.740
Aplicações financeiras	195	-	195	Empréstimos e financiam.	301.773	301.773
Contas a receber	-	5.237	5.237	Debêntures	8.088	8.088
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	97.042	97.042
Outros créditos	-	1.656	1.656	Outras contas a pagar	161.365	161.365
Total circulante	1.245	6.902	8.147	Total circulante	631.008	631.008
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	140.526	140.526	Empréstimos e financiam.	235.736	235.736
Títulos a receber	-	-	-	Outras contas a pagar	1.135	1.135
Títulos valores mobiliários	-	688	688			
Outros créditos	-	6.579	6.579			
Total não circulante	-	147.793	147.793	Total não circulante	236.871	236.871
TOTAL GERAL	1.245	154.695	155.940	TOTAL GERAL	867.879	867.879

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	-	-	1.050	10.201
Aplicação financeira	23	22	195	185
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	23	22	1.245	10.386

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Cientes interno (a)	62.177	53.039	201.485	192.726
Cientes externo (b)	-	-	-	2.589
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(10.739)	(19.246)	(55.722)	(67.864)
	51.438	33.793	145.763	127.451
Circulante	379	379	5.237	4.570
Não circulante	51.059	33.414	140.526	122.881

a) Sobre esse montante apresentado de clientes interno estão inclusos os valores de R\$ 51.925 e R\$ 145.769, na controladora e no consolidado, respectivamente, que correspondem aos claims discutidos judicialmente reconhecidos em 30 de junho de 2021 e em março de 2022, com trânsito em julgado sobre o conhecimento da causa em favor da empresa. Sobre estes montantes, foram reconhecidos nos resultados em 2021/2022 os montantes de R\$ 97.053, líquido dos provisionamentos dos impostos.

O estágio atual dos processos judiciais, nos permitiu apresentar à Auditoria Externa informações suficientes para a realização dos testes de recuperabilidade.

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Títulos diversos	9	9	697	697
	9	9	697	697
Circulante	9	9	9	9
Não circulante	-	-	688	688

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 8 - ESTOQUES

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Produtos em elaboração	6.460	2.751
Insumos e materiais	4.868	4.505
Adiantamentos a fornecedores	725	1.636
Importações em andamento	-	44
	12.053	8.936

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

NOTA 9 - TÍTULOS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Créditos com terceiros (a)	-	7.774	-	7.774
	-	7.774	-	7.774
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	7.774	-	7.774

(a) O valor lançado nesta rubrica, refere-se aos créditos contra a DNOS- Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável. Neste exercício os valores correspondentes a esse processo, foram totalmente recebidos.

NOTA 10 - TRIBUTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a compensar (a)	14	14	54.010	50.691
ICMS a recuperar	52	53	679	990
IPI a recuperar	974	974	1.214	1.296
PIS/COFINS lei 10833/03	-	-	561	556
Impostos e contribuições retidos na fonte	125	125	299	309
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (b)	23.518	22.568	59.429	65.641
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (b)	8.471	8.129	21.399	23.636
Demais créditos (c)	3.780	3.779	22.199	25.335
	36.934	35.642	159.790	168.454
Circulante	4.769	4.769	78.786	79.000
Não circulante	32.165	30.873	81.004	89.454

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) O valor no consolidado, refere-se, principalmente a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins, conforme Decisão do STF.
- b) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a diferenças temporárias na elaboração do lucro real, reconhecidos até o limite de 30% do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.
- c) Corresponde, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição do INSS recolhidos indevidamente junto a Receita Federal do Brasil e que se encontram em fase de análise.

NOTA 11 - OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Adiantamento a Empregados	420	183	1.034	1.094
Contas a receber - Venda de ativos (a)	-	4.680	-	4.681
Outros (b)	-	-	7.201	7.735
Total	420	4.863	8.235	13.510
Circulante	420	4.863	1.656	6.906
Não circulante	-	-	6.579	6.604

- a) Os valores a receber em 31/12/2021, referem-se a venda do imóvel de Curitiba, cujos valores foram integralmente recebidos neste exercício;
- b) No saldo de R\$ 7.201 no consolidado em 30/09/2022 está incluído valores referentes aos processos judiciais contra diversos clientes com as sentenças em transitado e julgado.

NOTA 12 - INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Participação em controladas/coligadas (a)	455.043	463.081	204.154	205.146
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	44.053	44.053
	455.043	463.081	248.207	249.199

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Participações em Controladas e Coligadas

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Equivalência
				Líquido	Participação	Investimento	31/12/2021
Em 31 de Dezembro de 2021							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	664.148	1.325.932	436.369	(661.784)	100,00%	-	436.369
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	760.326	433.971	(9.813)	326.355	47,07%	153.615	(4.619)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	183.657	11.762	609	171.896	100,00%	171.896	609
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	240.593	103.504	184.793	137.089	100,00%	137.089	184.793
Innovida Participações S.A.	18.710	27.396	(2.139)	(8.686)	100,00%	-	(2.139)
Enisa Energia e Infraestrutura	10	22	(22)	(12)	99,00%	-	(22)
Enisa Inovação e Infraestrutura	18.312	4	4	18.308	0,01%	1	0
Fidc Tarânis	615.280	4.462	(4.238)	611.041	18,00%	480	883
						463.081	615.874

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado da	
							Equivalência	Equivalência
							30/09/2022	30/09/2021
Em 30 de setembro de 2022								
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	501.502	1.210.473	(60.618)	(708.971)	100,00%	-	(60.618)	46.545
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	741.161	417.485	(9.309)	323.676	47,07%	152.354	(4.382)	(3.775)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.235	11.863	479	172.372	100,00%	172.372	478	405
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	236.008	106.173	(7.255)	129.835	100,00%	129.835	(7.255)	1.877
Innovida Participações S.A.	18.710	28.175	(780)	(9.465)	100,00%	-	(780)	-
Enisa Energia e Infraestrutura	10	24	(1)	(14)	99,00%	-	(1)	-
Enisa Inovação e Infraestrutura	17.889	94	(512)	17.795	0,01%	2	0	-
Fidc Tarânis	615.280	4.462	(4.238)	611.041	18,00%	480	-	883
						455.043	(72.558)	45.935

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
Em 31 de Dezembro de 2021							
RIG Oil & Gas	38.723	23.694	2.359	15.029	16,66%	2.409	393,01
QUIP S.A.	129.623	178.785	(5.366)	49.162	13,25%	-	(711)
QGI INC	103.184	90.089	(19.036)	13.095	20,00%	2.619	(3.807)
QGI BRASIL	162.349	2.769	24.491	159.580	19,53%	31.166	4.783
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	452	392	(891)	60	35,00%	-	(312)
FIDC (iv)	-	-	-	-	0,00%	600	-
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	760.326	433.971	(9.813)	326.355	47,07%	153.616	(1.336)
Innovida Participações S.A.	18.710	27.396	(2.139)	(8.686)	100%	14.736	-
						205.146	(990)
Em 30 de setembro de 2022							
RIG Oil & Gas	35.596	22.355	(138)	13.241	16,66%	2.206	(23)
QUIP S.A.	128.055	78.894	(4.928)	49.161	13,25%	-	(653)
QGI INC	103.184	90.089	(19.036)	13.095	20,00%	2.619	-
QGI BRASIL	160.287	716	2.130	159.571	19,53%	30.737	(428)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	986	34	(34)	952	35,00%	-	(12)
FIDC (iv)	-	-	-	-	0,00%	600	-
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	741.161	417.485	(9.309)	323.676	47,07%	152.354	(4.382)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.175	(780)	(9.465)	100,00%	15.638	(780)
						204.154	(6.278)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Quantidade de ações possuídas		Participação em %	Participação no capital votante em %
	(em milhares)			
	O. N.	P. N.		
<u>Controladas/Coligadas</u>				
IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	47,07	47,07
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A: A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003. A consolidação das demonstrações financeiras, são integralmente consideradas na controladora, haja visto que, indiretamente a mesma possui 100% de participação no capital da investida. -

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A: Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da AGE, de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do Capital de R\$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72% para 47,07%.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

(iv) FIDC Tarânis: em abril de 2019 o Grupo Inepar regularizou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo.

b) Propriedade para Investimentos: Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 13 – IMOBILIZADO

<u>Controladora</u>	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos							Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Outros	
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2021								
Custo	10.188	155.668	6.693	21	(39.140)	13	3.989	137.431
Depreciação Acumulada	-	(89.831)	(6.402)	(18)	39.443	(9)	(1.769)	(58.586)
Valor contábil líquido	10.188	65.837	291	3	303	4	2.222	78.849
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(5.347)	(21)	-	(13)	(2.230)	(7.610)
Depreciação	-	(1.896)	(72)	-	(18)	-	-	(1.986)
Baixas da Depreciação	-	1.401	3.535	19	(3)	9	1.769	6.728
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	10.188	65.342	(1.593)	1	282	-	1.761	75.981
Em 30 de Setembro de 2022								
Custo	10.188	155.668	1.346	-	39.422	-	1.760	129.824
Depreciação Acumulada	-	(90.326)	(2.939)	1	(39.140)	-	-	(53.843)
Valor contábil líquido	10.188	65.342	(1.593)	1	282	-	1.760	75.981

<u>Consolidado</u>	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos							Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Outras	
Taxas anuais de depreciação	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2021								
Custo	17.400	180.543	75.625	4.685	(36.846)	13.789	83.761	338.956
Depreciação Acumulada	-	(97.269)	(41.666)	(4.388)	38.490	(12.779)	(2.626)	(120.237)
Valor contábil líquido	17.400	83.274	33.959	297	1.644	1.010	81.135	218.719
Adições	-	5	494	-	143	5	-	647
Baixas	-	-	(6.987)	(225)	(5)	(5.124)	(2.230)	(14.571)
Depreciação	-	(2.109)	(1.967)	(105)	(60)	(480)	-	(4.721)
Baixas da Depreciação	-	1.304	4.703	184	2	4.711	1.768	12.672
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	17.400	82.474	30.203	151	1.724	122	80.673	212.746
Em 30 de Setembro de 2022								
Custo	17.400	180.548	69.132	4.460	(36.708)	8.670	81.531	325.033
Depreciação Acumulada	-	(98.074)	(38.929)	(4.309)	38.432	(8.548)	(858)	(112.287)
Valor contábil líquido	17.400	82.474	30.203	151	1.724	122	80.673	212.746

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei .638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

NOTA 14 – INTANGÍVEL

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA	Controladora		
	Software Transf. Inepar En	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2021			
Custo	-	391.513	391.760
Amortização acumulada	-	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513
Em 30 de setembro de 2022			
Custo	254	391.513	391.767
Amortização acumulada	(251)	-	(251)
Valor contábil líquido	3	391.513	391.516

CONSOLIDADO	Consolidado						
	Concessão	Marcas e Patentes	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Software Transf. Inepar Ener.	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	20%	20%	20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2021							
Custo	-	247	937	34.076	-	391.513	426.773
Amortização acumulada	-	(247)	(1.472)	(31.227)	-	-	(32.946)
Valor contábil líquido	-	-	(535)	2.850	-	391.513	393.828
Adições	-	-	535	-	7	-	542
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	(1.739)	(4)	-	(1.743)
Baixa amortização	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	-	-	1.111	3	391.513	392.627
Em 30 de Setembro de 2022							
Custo	-	247	937	35.000	7	391.513	427.704
Amortização acumulada	-	(247)	(937)	(33.889)	(4)	-	(35.077)
Valor contábil líquido	-	-	-	1.111	3	391.513	392.627

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfex o valor total de R\$1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 26/02/21, o valor da CBD é de R\$1.331.871, sendo a participação da Inepar de 47,07%.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 15 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Modalidade				
Arrendamentos Financeiros	-	-	-	55.304
Ativo Permanente	222.910	185.289	222.910	185.289
Capital de Giro	504	505	78.863	115.195
Custos com transf. Financeiras	-	-	-	-
Total Circulante	223.414	185.794	301.773	355.788
Não Circulante				
Modalidade				
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativo Permanente	204.979	221.106	204.979	221.106
Arrendamentos Financeiros	-	-	-	-
Capital de Giro	30.757	28.506	30.757	28.506
Total Não Circulante	235.736	249.613	235.736	249.613
Total de Empréstimos e Financiamentos	459.150	435.406	537.509	605.401
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Por Data de Vencimento / Em negociação				
Vencidos	204.468	185.794	282.825	355.788
Em até 12 meses	18.946	23.223	18.948	23.223
De 1 a 2 anos	27.757	23.236	27.757	23.236
De 2 a 3 anos	27.757	23.248	27.757	23.248
De 3 a 4 anos	27.757	23.261	27.757	23.261
De 4 a 5 anos	27.757	23.273	27.757	23.273
Acima de 5 anos	124.708	133.371	124.708	133.372
Total de Empréstimos e Financiamentos	459.150	435.406	537.509	605.401

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os Bancos credores sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes, bem imóveis que atualmente não estão sendo utilizados pela Empresa, tais como imóveis de Charqueadas, Magé e Macaé.

NOTA 16 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Emissão	Empresa	31/12/2021	Adições/Baixas	30/09/2022
3ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.496	7	2.503
4ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	4.233	415	4.648
5ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	234.488	17.802	252.290
		241.217	18.224	259.441
Circulante		13.907		8.088
Não circulante		227.310		251.353

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento Particular de Transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das Debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Aplicação Financeira e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.

Cronograma de Amortização

Será realizada uma amortização extraordinária com recursos decorrentes da venda do imóvel registrado perante o Registro de imóveis de Macaé/RJ, sob a matrícula nº 24.269, no valor de R\$ 22.500 milhões, corrigidos pelo índice IPCA.6% a.a.; a partir de 04/04/2019.

Após o efetivo pagamento da amortização extraordinária, a Inepar deverá pagar a importância de R\$ 172.560 milhões a ser atualizado mensalmente pelo IPCA, acrescido de 6% ao ano até a data do efetivo pagamento.

Em 02 de agosto de 2022, efetuamos uma amortização de aproximadamente R\$ 7,0 milhões.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 17- OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	548.838	527.442	991.041	950.615
ICMS a recolher	41.562	41.064	56.452	55.321
Inss a recolher	33	69	2.943	2.796
Pis/Cofins Diferidos	5.241	5.935	23.083	27.892
ISS a recolher/Parcelamentos	8.969	8.730	27.745	26.360
Pis/Cofins a recolher	165	280	3.071	2.735
Impostos e Contribuições retidos na fonte	683	249	1.418	683
Parcelamento Simplificado RFB	2.899	-	3.484	-
Outros	1.420	2.213	6.741	7.064
	609.810	585.982	1.115.978	1.073.466
Circulante	124.289	86.510	257.785	176.161
Não circulante	485.521	499.472	858.193	897.305

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento dos demais débito devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% de cada inscrição.

Quanto ao parcelamento dos débitos previdenciários devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Os pagamentos dos parcelamentos da Transação tributárias estão sendo pagos pontualmente.

Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 1.358.361 consolidado através do Termo de Transação Individual e foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado “Recuperação de Despesas – Transação Individual”.

Conforme Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Portaria RF nº 208, de 12 de agosto de 2022 referentes a regulamentação da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, onde a empresa poderá abater até 70% do total da dívida, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, cuja situação vem sendo avaliada pela administração efetuando os levantamentos necessários para posterior adesão.

NOTA 18 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	2.303	2.303
	2.303	2.303	2.303	2.303
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 19 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	34.803	38.735
Adições/Baixas	(651)	(3.932)
Saldo Final	34.152	34.803

Os saldos dos adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 20 - TRIBUTOS DIFERIDOS

20.1. Tributos Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2021	30.696	30.696	12.178	24.615	(250)	36.543
Constituição dos Tributos	1.466	1.466	-	6.150	4	6.154
Baixa dos Tributos	(173)	(173)	(502)	(172)	(5)	(679)
Em 30 de setembro de 2022	31.989	31.989	11.676	30.593	(251)	42.018

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado						
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos				Total
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	
Em 31 de dezembro de 2021	52.235	52.235	12.178	42.341	30.185	11.655	96.359
Constituição dos Tributos	1.987	1.987	-	3.787	6.150	-	9.937
Baixa dos Tributos	(10.432)	(10.432)	(502)	(4)	(197)	(2.608)	(3.311)
Em 30 de setembro de 2022	43.790	43.790	11.676	46.124	36.138	9.047	102.985

20.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(179.904)	22.354	(171.241)	55.615
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	(28.852)	5.762	(40.124)	(34.252)
Resultado de Equivalência Patrimonial	24.669	(15.618)	25.049	(11.190)
IRPJ / CSLL no Resultado	(4.183)	(9.856)	(15.076)	(45.442)
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	(4.183)	(9.856)	(15.076)	(45.442)
Alíquota Efetiva	-2,33%	44,09%	8,80%	-81,71%

NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 30/09/2022 nas demonstrações financeiras da Controladora:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Ativo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
	Contas Correntes		Contas Correntes	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Delft Administração e Participações S.A	-	-	6.810	6.543
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	2	-	22	17
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	1	1	23	3
IESA - Óleo & Gás S.A.	878	-	991	807
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	204.587	234.115	-	-
IESA Transportes S.A.	4.104	4.104	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	2.968	2.735
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	-	128	-	-
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6	3.900	3.900
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400	6	6
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891	-	-
	224.869	253.645	14.720	14.011
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Passivo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
	Contas Correntes		Contas Correntes	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Cia Brasileira de Diques S.A.	867	709	19.604	16.035
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	24	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	-	22	3
IESA Óleo & Gás S/A	-	326	476	-
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	-	-	-	17
Inepar Administração e Participações S.A.	77.212	80.093	77.212	80.093
Inepar DTVM	-	-	10	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	200.579	201.832	-	539
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	5.014	3.598
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.492	155.492	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	28.350	28.350
Demais Empresas	20	20	43	41
	434.170	438.472	130.755	128.686
Efeito líquido entre ativos e passivos	209.301	184.827	116.035	114.675

Contas Correntes: A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Saldo 31/12/2021	Adições/ Baixas/Var. Monetária	Saldo 30/09/2022	Saldo 31/12/2021	Adições/ Baixas/Var. Monetária	Saldo 30/09/2022
Empresas						
Delft Administração e Participações S.A	-	-	-	6.543	267	6.810
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	2	17	5	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	1	-	1	3	20	23
IESA - Óleo & Gás S.A	-	878	878	807	184	991
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	234.114	(29.527)	204.587	-	-	-
IESA Transportes S.A.	4.104	-	4.104	-	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	-	2.735	233	2.968
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	128	(128)	-	-	-	-
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400	3.900	-	3.900
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891	-	-	-
	253.644	(28.777)	224.869	14.011	709	14.720
PASSIVO						
Cia. Brasileira de Diques S.A.	709	158	867	16.035	3.569	19.604
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	-	-	3	19	22
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	-	-	24	24
Enisa Óleo & Gás S/A	326	(326)	-	-	476	476
Enisa Projetos, Equipamentos e Montagens S/A.	-	-	-	17	(17)	-
Inepar Administração e Participações S/A	80.093	(2.881)	77.212	80.093	(2.881)	77.212
Inepar DTVM	-	-	-	10	-	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	201.832	(1.253)	200.579	539	(539)	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	-	3.598	1.416	5.014
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.492	-	155.492	-	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	-	28.350	-	28.350
Demais Empresas	20	-	20	41	2	43
	438.472	(4.302)	434.170	128.686	2.069	130.755

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

A Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas.

NOTA 22 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	32.620	636.098	110.816	865.721
Adições/Baixas	-	- 603.478	-	- 754.905
Saldo Final	32.620	32.620	110.816	110.816

	<u>30/09/2022</u>		<u>31/12/2021</u>		<u>30/09/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>CONTROLADORA</u>	<u>CONTROLADORA</u>	<u>CONTROLADORA</u>	<u>CONTROLADORA</u>	<u>CONSOLIDADO</u>	<u>CONSOLIDADO</u>	<u>CONSOLIDADO</u>	<u>CONSOLIDADO</u>
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	1.433	23.227	1.433	23.227	124.416	64.772	124.416	64.772
Tributárias	290.033	3.904	290.033	3.904	374.236	21.485	374.236	21.485
Cíveis	142.944	5.489	142.944	5.489	292.794	24.008	292.794	24.008
Outras	-	-	-	-	-	551	-	551
	434.410	32.620	434.410	32.620	791.446	110.816	791.446	110.816

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 124.416 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias: Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

Cíveis: Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

NOTA 23 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$ 732.169 (R\$ 670.611 em 31/12/2021) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Innovida Participações S.A, sendo que no consolidado apresenta o valor de R\$ 8.323 (R\$ 7.657 em 31/12/2021), referentes as empresas que não consolidam na controlada lesa Óleo & Gás S/A.

NOTA 24 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Delft Administração e Participações S.A	-	-	6.007	3.112
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas obrigações a pagar (a)	7.559	10.336	94.685	85.381
Comissões sobre venda de imóveis	-	189	-	189
Outras contas a pagar (a)	24.053	10.966	35.902	23.415
Acordos a pagar (b)	22.906	22.906	22.906	22.906
	57.518	47.397	162.500	138.003
Circulante	57.518	47.397	161.365	136.919
Não circulante	-	-	1.135	1.084

- a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social:** O Capital Social integralizado é de R\$ 488.683 formado por 118.001.912 ações ordinárias e 63.136.160 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

b) **Reserva de Capital:** As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 180.292 e está assim composta:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.271 e R\$79.707 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.049 e R\$75.565 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital.

c) **Reserva de Reavaliação-** (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 267.679 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8.ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550, tendo sido utilizado o montante de R\$ 84.490. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$ 6.507, tendo sido utilizado o montante de R\$ 5.410. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização,

- Para as debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão, temos um saldo a converte de R\$ 16.914, que serão utilizadas para as próximas conversões.

Conversões realizadas das debentures em ações:

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 337 de 25/10/2018 – Valor de R\$ 937 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 338 de 18/12/2018 – Valor de R\$ 74 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 341 de 15/02/2019 – Valor de R\$ 84 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 342 de 28/03/2019 – Valor de R\$ 453 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/7ª/8ª e 9ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 344 de 01/07/2019 – Valor de R\$ 472 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/ 8ª e 9ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 347 de 31/01/2020 – Valor de R\$ 2.625 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 348 de 03/07/2020 – Valor de R\$ 13.986 referente a conversão das debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 351 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 116 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 7ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 353 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 473 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 354 de 07/05/2021 – Valor de R\$ 2.957 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª/9ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 360 de 29/10/2021 – Valor de R\$ 806.151 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 363 de 11/01/2022 – Valor de R\$ 26.296.216,00 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 367 de 27/05/2022 – Valor de R\$ 12.214.697,00 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 369 de 27/09/2022 – Valor de R\$ 12.640.694,00 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 16.914. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial: Apresenta o saldo de R\$ 845.849, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 793.952, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/09/2022	30/09/2021
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(69.528)	5.058
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(114.558)	7.440
	(184.086)	12.498
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	63.136.160	63.136.160
Quantidade de ações ordinárias emitidas	118.001.912	102.164.920
Total	181.138.072	165.301.080
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	(1,0803)	80,110
Ação ordinária	(0,9820)	72,830

Conforme aviso aos acionistas de 22 de junho de 2021, a empresa efetuou o desdobramento das ações de emissão da companhia, na proporção de 01 (uma) ação ordinária e ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

NOTA 27- RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021
Vendas mercado interno/Prestação de serv.	8.082	9.037
(-) Impostos sobre as Vendas	(1.695)	(2.359)
Receita de Vendas	6.387	6.678

NOTA 28 - DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições	(46.395)	(7.211)	(90.821)	(21.378)
Juros / despesas bancárias	(57.255)	(46.491)	(79.120)	(96.854)
Fianças bancárias	-	-	-	(3)
Outras despesas financeiras	-	(2.745)	(153)	(6.589)
Ajuste conversão RJ	(113)	-	(113)	-
Variações cambiais	-	-	(67)	(57)
	(103.763)	(56.447)	(170.274)	(124.881)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1	1	299	17
Receitas atualização debêntures	3.318	5.135	3.317	5.135
Juros auferidos	200	21	208	(871)
Variações monetárias ativas	-	46	-	46
Outras receitas financeiras	103	18	6.240	36.293
	3.622	5.221	10.065	40.620
	(100.141)	(51.226)	(160.209)	(84.261)

NOTA 29- OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Outras despesas Operacionais				
Impostos sobre Claim's e demais (a)	615	(3.236)	4.562	(12.541)
IOF	(40)	(438)	(145)	(1.066)
Custo de aluguel	-	-	-	(925)
Outras despesas tributárias	(353)	-	(491)	-
Outras despesas Operacionais	(6.220)	(3.150)	(14.334)	(134.350)
Verbas rescisórias	-	-	-	(587)
Ociosidade (b)	-	-	(53)	(4.174)
Total das despesas operacionais	(5.997)	(6.824)	(10.461)	(153.643)
Outras Receitas Operacionais				
Receitas de Claim's	-	32.932	-	128.945
Reversão de provisões trabalhistas	-	3.435	-	12.099
Reversão de provisões tributárias	-	12.685	-	14.069
Reversão de provisões cíveis	-	2.480	-	3.887
Reversão de provisões diversas	953	-	4.541	-
Recuperação Despesas	523	-	21.808	-
Receitas de aluguel	853	2.005	1.311	6.593
Outras reversões de provisão	-	-	-	115.922
Complemento dos valores da Arbitragem	-	-	-	30.266
Outras receitas	17.648	12.748	19.251	54.681
Total das receitas operacionais	19.977	66.285	46.911	366.462
	13.980	59.461	36.450	212.819

a) Refere-se aos valores a receber de processos judiciais correspondentes aos pleitos contra diversos clientes, com decisão transitado em julgado, com créditos constituídos em fase de execução a favor da empresa, bem como a provisão dos impostos.

c) Referem-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos e ociosidade causado pela pandemia COVID-19.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 30 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Processos Trabalhistas	2.877	2.877	15.246	15.157
Processos Cíveis	66.964	71.502	113.667	260.197
Processos Tributários	1.330	2.966	1.413	2.966
	71.171	77.345	130.326	278.320

- a) Nos valores do consolidado de processos cíveis encontra-se incluídos os depósitos judiciais referentes aos recebimentos arbitragem e os valores correspondentes aos recebimentos do processo de Furnas.
- b) Neste exercício foram efetuados os levantamentos dos depósitos judiciais para liquidação de empréstimos e financiamentos de instituições financeiras registradas na controlada IESA Óleo & Gás S/A, e o saldo remanescente dos levantamentos estão sendo utilizados na manutenção das atividades das empresas.

NOTA 31 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 32 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Salários	1.377	2.822	9.277	9.504
Gastos Previdenciários	244	3.474	1.487	3.770
Total	1.621	6.296	10.764	13.274

NOTA 33 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Remuneração de Conselheiros	58	55	150	174
Remuneração de Diretores	202	385	685	1.102
Total	260	440	835	1.276

NOTA 34 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Geração / Equipamentos	Gás/Modulos/ outros	Total
Receita bruta total	7.103	979	8.082
Impostos/Deduções	(1.686)	(9)	(1.695)
Custos dos Produtos e Serviços	(8.136)	(484)	(8.620)
Total	(2.719)	486	(2.233)

Os custos incorridos neste exercício, referem-se principalmente aos gastos complementares dos Consórcios dos projetos já encerrados.

NOTA 35 – TRATATIVAS QUE IRÃO GERAR EVENTOS SUBSEQUENTES:

a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes.

As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1 acima;

c) Dação em pagamento para Instituição Financeira do imóvel localizado no município de Charqueadas, sendo que esta dívida pertence a Classe II da Recuperação Judicial;

d) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé.

e) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura. Este trabalho vem sendo realizado através de uma Consultoria de renome internacional, a Alvarez e Marsal.

g) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.

h) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.

i) Efetivação do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais, que culminou no fechamento da transação tributária que permitiu redução de aprox. R\$ 1,4 bilhões em dívidas fiscais.

NOTA 36 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi peticionado ao Juiz da Recuperação Judicial em 07/11/2022, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 09/11/2022, a Inepar publicou 2 fatos relevantes, posicionando o mercado e seus acionistas a respeito da posição atual da Recuperação Judicial.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Ricardo de Aquino Filho – Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Thamiris Cristina Rossi

André de OMS

Carlos Alberto Del Claro Gloger

Rodolfo Andriani

Irajá Galliano Andrade

José Bonifácio Pinto Junior

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Financeiras Trimestrais (ITR) Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial

Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Intermediárias Individuais e Consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.





Ênfases

Reconhecimento de Recebíveis

Conforme mencionado na nota explicativa “6”, foram registrados contabilmente na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e nas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 145.769 mil. Chamamos a atenção para o fato de que, a Companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como “praticamente certo”, uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais.

Incerteza Relevante Quando à Continuidade Operacional

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, a controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas Companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 30 de setembro de 2022 as Informações Trimestrais (ITR) apresentam resultado negativo de R\$ 184.086 mil, passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 954.909 mil, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia esteja em andamento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Saldos Contábeis e Transações Mantidos com Partes Relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa “21”, a Companhia e suas Controladas mantêm relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 1.358.361 mil, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais” no exercício de 2021. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis a elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Informações Trimestrais - ITRs Comparativas Período Anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de setembro de 2021, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2021 foram conduzidos sob nossa responsabilidade, sendo que emitimos o relatório de revisão com data de 12 de novembro de 2021. O relatório de revisão foi emitido com as seguintes ênfases: I – Reconhecimento de Recebíveis, II - Continuidade operacional e III - Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas, as quais foram mantidas.

Curitiba, 11 de novembro de 2022.

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 14 de novembro de 2022.

Ricardo de Aquino Filho
Diretor Presidente

Manacesar Lopes dos Santos
Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entendem que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo do Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 14 de novembro de 2022.

Ricardo de Aquino Filho
Diretor Presidente

Manacesar Lopes dos Santos
Diretor de Relações com Investidores